

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA

CONTRATO REF.ª N.º 19\_ GPENAPOR\_2022

ENTRE

**ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos**

**E**

**MUNDI CONSULTING**

**CONTRATO REF.ª N.º 19\_GPENAPOR\_2022**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA NO  
ÂMBITO DA ATUALIZAÇÃO DO PCCS**

**Entre;**

**ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.**, com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portadora do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

***Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgate”***

**e**

**MUNDISERVIÇOS – COMPANHIA PORTUGUESA DE SERVIÇOS E GESTÃO, LDA. (MUNDI CONSULTING)**, com sede na Rua José Dias Coelho nº 36B – 1300-329 Lisboa, contribuinte nº 501 967 966, capital social de 99.759,58 Euros (noventa e nove mil, setecentos cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 501 967 966, legitimamente representada pelo Sócio Gerente, Dr. **Franklin Joaquim das Chagas e Silva**, com poderes para obrigar;

***Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgate”***

**Considerando que:**

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu um procedimento por Ajuste Direto (N.º 02\_GPEnapor\_2022)

para formação do *Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria que visa a Atualização do Plano de Cargos, Carreira e Salários da Enapor*;

- b) A minuta do contrato de prestação de serviço foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de *Serviços de Consultoria que visa a Atualização do Plano de Cargos, Carreira e Salários da Enapor* que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> (Objeto)

1. A Segunda Outorgante enquanto Consultora para a prestação de *Serviços de Consultoria que visa a Atualização do Plano de Cargos, Carreira e Salários da Enapor*, e pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, obriga-se a executar, para a Primeira Outorgante, os serviços de Consultoria supra identificados.

- 1.1. O escopo dos serviços a prestar pela Segunda Outorgante, no âmbito do presente contrato compreende:

- 1.1.1. Atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e respetivos anexos:

- 1.1.1.1. Atualização do Manual de Descrição de Funções e Competência dos colaboradores, documento que serve de pano de fundo para instrumentos de recrutamento e seleção, avaliação de desempenho e necessidades de formação;

- 1.1.1.2. Tabela salarial com cenários opcionais;

- 1.1.2. Plano de Transição;

- 1.1.2.1. Procedimento de transição;

- 1.1.2.2. Plano de transição para a nova estrutura da carreira;

#### Cláusula 2.<sup>a</sup> (Vigência)

1. O presente contrato entra, retroativamente, em vigor em 02 de maio, e vigorará pelo período de 75 (setenta e cinco) dias;



2. Qualquer das partes outorgantes poderá denunciar o presente contrato, independentemente de qualquer ordem de motivo, desde que a denúncia revista a forma escrita e seja feita com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias e sem obrigação de indemnização ou ainda por mútuo acordo;
3. A falta de aviso prévio estabelecido no número anterior obriga a parte faltosa ao pagamento de uma indemnização proporcional, aos dias em falta, calculada em função do valor diário do montante dos honorários mensais nos termos a acordar pelas partes.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**  
**(Preço e Condições de pagamento)**

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante, o montante global de **18.110,00 €** (dezoito mil, cento e dez euros), conforme os termos das propostas adjudicadas, e que fazem parte integrantes ao mesmos, sobre os quais serão acrescidos os valores devidos a título de impostos.
2. O preço estabelecido constitui uma única remuneração devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante nos termos deste contrato e compreendem todos os custos e despesas diretos e indiretos relacionados com a execução dos serviços, incluindo, custos referentes aos honorários, e materiais de consumo. O preço ora estabelecido inclui, as despesas de viagem que porventura a Segunda Outorgante irá incorrer.
3. Com a assinatura do presente contrato, a Primeira Outorgante disponibilizará à Segunda Outorgante um adiantamento correspondente a 30% (trinta por cento) do preço global referido no número 1, mediante a emissão da correspondente fatura.
4. O valor remanescente será liquidado à Segunda Outorgante, nas condições que a seguir são discriminadas:
  - 4.1. Com a entrega do PCCS, liquidação do montante correspondente a 35% do valor global do contrato;

- 4.2. Regularização do valor final, equivalentes aos últimos 35%, com a entrega do projeto final;
5. Os pagamentos acima referenciados serão efetuados, no prazo de 10 (dez) dias contados da recepção da fatura, por meio de transferência bancária.
  6. Existirá mora no pagamento sempre que o prazo estabelecido no número anterior seja ultrapassado, sem que a parte devedora demonstre que os valores faturados foram já irreversivelmente colocados à disposição da instituição bancária da parte credora;
  7. Em caso de mora no pagamento, a Segunda Outorgante terá direito e sem demoras para a parte dos pagamentos considerados, a juros de mora à taxa legal, não podendo no entanto, o total destes juros ultrapassar 30 % (trinta por cento) do preço contratual;
  8. A mora da Primeira Outorgante interrompe a contagem dos prazos a que ora se obriga a Segunda Outorgante, nomeadamente, para efeito de cálculo de penalizações.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**  
**(Dever de boa execução)**

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)**

1. Todo o “know-how” relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, nomeadamente o resultante de estudos de Consultoria, previsto na Cláusula 1.<sup>a</sup>, elaboradas pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-las e utilizá-las para quaisquer fins.



2. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.
3. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica, ambiental ou de segurança.
4. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **(Regularização de contribuição fiscal e de segurança social)**

1. Durante a vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante obriga-se a manter regularizadas as obrigações fiscais e as obrigações contributivas para a Previdência Social.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, a Segunda Outorgante, obriga-se a disponibilizar a documentação comprovativa da situação de regularidade, sempre que solicitado pela Primeira Outorgante.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **(Obrigações principais da Segunda Outorgante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente contrato, ou nos demais documentos contratuais, da sua celebração, decorrem para a Segunda Outorgante, as seguintes obrigações:
  - a) Prestar os serviços contratados de forma e modo ajustados, de acordo com as normas e especificações técnicas aplicáveis, dando plena e total garantia dos mesmos;
  - b) Executar os serviços contratados utilizando a melhor técnica e visando sempre atingir o melhor resultado, sob sua exclusiva responsabilidade;

- c) Assumir total responsabilidade pelos atos e/ou omissões praticados por seus colaboradores, bem como pelos danos de qualquer natureza que os mesmos venham a sofrer ou causar à Primeira Outorgante e seus clientes ou terceiros em geral, em decorrência da prestação dos serviços objeto do presente contrato;
  - d) Cumprir todas as determinações impostas pelas autoridades públicas competentes, relativas aos serviços aqui contratados;
  - e) Proceder à retificação de qualquer documento do processo, sem custo adicional, desde que esta seja decorrente de informações ou documentos de responsabilidade da Segunda Outorgante;
  - f) Responsabilizar-se por qualquer espécie de indemnização pleiteada por seus colaboradores, principalmente no tocante a reclamações laborais e acidentes do trabalho;
  - g) Executar a prestação do serviço de consultoria objeto do presente contrato em conformidade com a sua natureza e possíveis dados fornecidos pela Primeira Outorgante;
  - h) Respeitar toda a legislação que lhe seja aplicável;
  - i) Comunicar de imediato à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
  - j) Informar de imediato à Primeira Outorgante de quaisquer factos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
  - k) Responder a qualquer incidente ou reclamação suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação do serviço, quando solicitado.
  - l) Cumprir com o prazo acordado para conclusão dos trabalhos, conforme estipulado no número 1 da cláusula 2.ª do presente contrato;
2. Todos os estudos, evidências, resultados, propostas, relatórios e planos que resultarem da prestação de serviço objeto deste contrato, serão remetidos, em primeira mão, à Primeira Outorgante, devendo em caso algum ser utilizados para fins alheios aos citados, sem a devida autorização da mesma.



**Cláusula 8.<sup>a</sup>**  
**(Obrigações da Primeira Outorgante)**

A Primeira Outorgante obriga-se a :

- a) Efetuar o pagamento na forma e modo acordados;
- b) Comunicar a Segunda Outorgante sobre as reclamações feitas contra os seus colaboradores, bem como com relação a danos por eles causados;
- c) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os trabalhos de maneira criteriosa, conforme orientações do projeto;
- d) Assumir a responsabilidade pelo pagamento de todas as taxas administrativas e/ou fiscais que incidam ou venham a incidir sobre o processo, independentemente de serem imputáveis à Segunda Outorgante.
- e) A facultar o acesso da Segunda Outorgante às instalações da Primeira Outorgante sempre que tal se afigure necessário à adequada execução do Contrato;
- f) Fornecer à Segunda Outorgante, e, dentro de um período razoável, todas as informações que a mesma solicitar para a adequada execução do Contrato;
- g) Assegurar que os técnicos da Primeira Outorgante estejam disponíveis para prestar informações necessárias solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato.
- h) Facilitar os contactos com outras instituições para a recolha de informações necessárias;

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**  
**(Penalidades)**

- 1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
  - 1.1. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias.
  - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.
- 2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respectivo valor será apurado e faturado em cada prestação.



3. O prazo para o pagamento pela Segunda Outorgante das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data da recepção das respectivas facturas, emitidas pela Primeira Outorgante.
4. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer os pagamentos previstos nos números anteriores através de compensação com as quantias a pagar a Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.
5. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**(Força maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, epidemias, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser comunicada à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:

- (a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
- (b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
- (c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
- (d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
- (e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
- (f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;
- (g) Incumprimento pela Segunda Outorgante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)**

1. Em caso de resolução do contrato pela Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **(Resolução pela Segunda Outorgante)**

1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
  - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
  - (c) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem, contrária à boa-fé, a exigência pela parte pública da manutenção do contrato.
2. O direito de resolução previsto na presente cláusula é exercido por via judicial.



**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**(Efeitos da resolução do Contrato por parte da Segunda Outorgante)**

1. Em caso de resolução do presente contrato pela Segunda Outorgante por facto imputável à Primeira Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento dos honorários correspondentes às fases já entregues e uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada que se fixa em 15% (quinze por cento) dos honorários fixados;
2. A indemnização é paga pela Primeira Outorgante no prazo de 10 (dez) dias após a notificação para esse efeito.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

**Cláusula 15.<sup>a</sup>**

**(Dever de sigilo)**

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, de segurança, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.<sup>a</sup>, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja



conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando estabelecido regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

**Cláusula 16ª**  
**(Disposições Gerais)**

1. Os serviços prestados pelo pessoal afeto à Segunda Outorgante, ao abrigo do presente contrato, não implicam qualquer vinculação laboral com a Primeira Outorgante, sendo de exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante, quaisquer relações legais com o pessoal necessário à execução dos serviços, possuindo este contrato um cunho independente e devendo a Segunda Outorgante manter em ordem as obrigações previdenciárias decorrentes da vinculação, assumindo responsabilidade integral e exclusiva quanto aos salários e demais encargos laborais e previdenciários de seus colaboradores, principalmente com relação a possíveis reclamações laborais, não existindo solidariedade entre as Outorgantes;
2. As alterações de quaisquer cláusulas, serviços e valores que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, depois da assinatura do presente contrato, deverão necessariamente ser objeto de uma adenda por escrito, sob pena da sua nulidade.

**Cláusula 17ª**  
**(Resolução de Litígios)**

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro tribunal.

**Cláusula 18.ª**  
**(Lei aplicável)**

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 13 (treze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

Assim o outorgam.

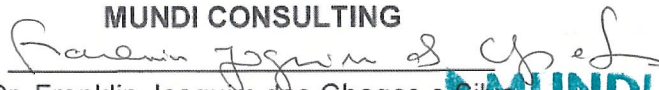
Feito na Cidade do Mindelo, aos 4 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.


  
Eng.º Alcídio Nascimento Lopes  
Presidente do Conselho de Administração

  
Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho  
Administrador Executivo



Portos de Cabo Verde  
A Segunda Outorgante  
**MUNDI CONSULTING**

  
Dr. Franklin Joaquim das Chagas e Silva  
Sócio-Gerente



.../...

MundiServiços - Companhia Portuguesa de Serviços e Gestão, Lda  
Rua José Dias Coelho, 36-B • 1300-325 Lisboa • Portugal  
Tel: (+351) 213 617 230 • NIF: 501 967 966  
mundiconsulting@mundiconsulting.net  
www.mundiconsulting.net